

Sumário

I - Mensagem do Superintendente	2	23	Fiscalização de Conteúdo
II - Quadro Gerencial da SRF	3	24	Antecipação de Metas de Universalização
III - Fiscalização	5	25	Atendimento às solicitações do Poder Judiciário
Prioridades de Fiscalização definidas pela Diretrizes da SRF	5	25	Poder Sancionador
Estações de Radiodifusão e de Telecomunicações	6	26	Salas do Cidadão
Meta Superada	7	28	IV – Engenharia do Espectro
Recursos Humanos	10	28	Atividade Regulatória
Recursos Financeiros	11	31	Autorização para uso temporário do Espectro
Recursos Tecnológicos	12	31	Outras Atividades
Interferências Prejudiciais	16	35	V – Certificação
Atendimento às demandas	17	35	Atividade Regulatória
Denúncia de Funcionamento de Entidades Não-Outorgadas	19	37	Certificados de Homologação Expedidos
Combate a Entidades Não-Outorgadas	20	37	Avaliação de Laboratórios e de OCDs
Fiscalização Tributária	21	38	Auditorias Técnicas
Serviço de Segurança Aeronáutico	21	38	Outras Atividades
Vistorias em Estações Licenciadas	22	41	VI – Fatos Reais

I – Mensagem do Superintendente

Este relatório tem por escopo prestar contas sobre o cumprimento da obrigação da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF), no tocante aos aspectos fiscalizatórios e quanto às atividades relacionadas a engenharia do espectro e certificação e homologação de produtos de telecomunicações.

Com esse propósito apresenta-se, neste documento, de forma consolidada, as principais realizações da Gerência Geral de Fiscalização e Gerência Geral de Certificação e Engenharia do Espectro, relacionadas com as correspondentes programações para o exercício de 2003.

Vale salientar que a atividade de fiscalização configura-se como elemento primordial para a efetividade da implantação das políticas regulatórias para o setor de telecomunicações.

Por outra parte, assume importância singular, no contexto regulatório, a administração do espectro de radiofrequências, sendo esse, um

bem público finito e oneroso, sem o qual não há o que se pensar em desenvolvimento das telecomunicações, portanto, requerendo atenção especial por parte das autoridades governamentais, de forma a assegurar seu uso racional e eficiente.

Não podemos esquecer da certificação e homologação de produtos como instrumento de execução de política industrial sem prejuízo dos aspectos relacionados com a segurança dos usuários e adequação com os serviços prestados.

Vê-se pelo teor do presente relatório que não obstante as deficiências de recursos humanos observadas durante o exercício, superou-se, no entanto, as metas previstas de realizações, o que reafirma o desempenho e a qualidade do pessoal responsável pelo cumprimento de tão nobre missão.

Edilson Ribeiro dos Santos

Superintendente de
Radiofrequência e Fiscalização

II – Quadro Gerencial da SRF

Esta foi, no exercício de 2003, a composição gerencial da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização.

Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização Edilson Ribeiro dos Santos	Gerente da Unidade Operacional do Mato Grosso (UO-7.1) José Praxedes Pereira da Silva
Gerente-Geral de Fiscalização Hiroshi Watanabe	Gerente da Unidade Operacional do Mato Grosso do Sul (UO-7.2) Vera Lúcia Burato M. Sieburger
Gerente de Fiscalização e Supervisão Regional Nilton Pereira Lopes	Gerente da Unidade Operacional do Tocantins (UO-7.3) Luiz Joaquim Pereira da Rocha
Gerente de Controle do Espectro Itamar Barreto Paes	Gerente do Escritório Regional da Bahia (ER-8) Fernando Antônio Ornelas de Almeida
Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro Francisco Carlos Giacomini Soares	Gerente da Unidade Operacional de Sergipe (UO-8.1) João Fonseca Neto
Gerente de Certificação Marcos de Souza Oliveira	Gerente do Escritório Regional do Ceará (ER-9) José Everardo de Sousa Leite
Gerente de Engenharia do Espectro Maximiliano Salvadori Martinhão	Gerente da Unidade Operacional do Rio Grande do Norte (UO-9.1) Lívio Peixoto do Nascimento
Gerente do Escritório Regional de São Paulo (ER-1) Everaldo Gomes Ferreira	Gerente da Unidade Operacional do Piauí (UO-9.2) Carlos Bezerra Braga
Gerente do Escritório Regional do Rio de Janeiro (ER-2) Werner Steinert Junior	Gerente do Escritório Regional do Pará (ER-10) João Alberto Reis Luz
Gerente da Unidade Operacional do Espírito Santo (UO-2.1) Antônio Rogério Silva	Gerente da Unidade Operacional do Maranhão (UO-10.1) Tomaz Francisco Estrela Filho
Gerente do Escritório Regional do Paraná (ER-3) Tereza Fialkoski Dequeche	

Gerente da Unidade Operacional de Santa Catarina (UO-3.1)

Estevão Hobold

Gerente do Escritório Regional de Minas Gerais (ER-4)

José Dias Coelho Neto

Gerente do Escritório Regional do Rio Grande do Sul (ER-5)

João Jacob Bettoni

Gerente do Escritório Regional de Pernambuco (ER-6)

João Batista Furtado Filho

Gerente da Unidade Operacional da Alagoas (UO-6.1)

João Batista Furtado Filho

Gerente da Unidade Operacional de Paraíba (UO-6.2)

Moacyr Eduardo Bazanelli Bicudo

Gerente do Escritório Regional de Goiás (ER-7)

Welson D'niz Macedo e Silva

Gerente da Unidade Operacional do Amapá (UO-10.2)

Ana Rosa Del Castilho Jucá

Gerente do Escritório Regional do Amazonas (ER-11)

José Gomes Pires

Gerente da Unidade Operacional do Acre (UO-11.1)

Cícero Eloy Maia Costa

Gerente da Unidade Operacional de Rondônia (UO-11.2)

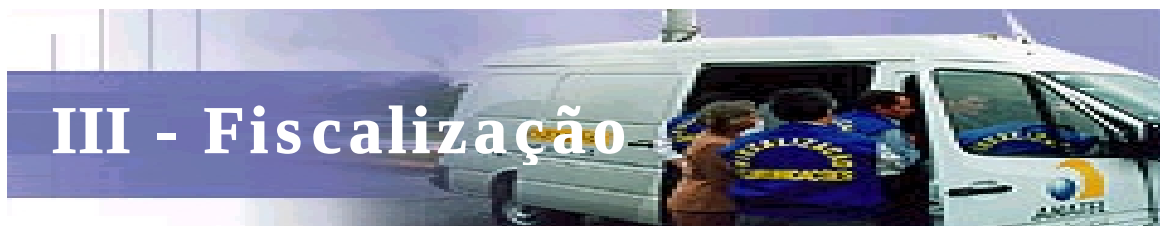
Alfredo Arze Collins

Gerente da Unidade Operacional de Roraima (UO-11.3)

Iran Luiz B. Albuquerque

Gerente da Unidade Operacional do Distrito Federal (UO-1)

Reginaldo José Rocha Lemos



III - Fiscalização

1. Prioridades de Fiscalização definidas pelas diretrizes da SRF

Os recursos humanos disponíveis para a Fiscalização foram alocados às diversas atividades, segundo diretrizes – estabelecidas no final de 2002 – estratégicas, operacionais e tributárias, definidas segundo o critério abaixo:

❖ *diretrizes gerais*: pre-missas, prioridades e orientações básicas com a finalidade de direcionar o esforço de fiscalização para consecução dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Agência;

❖ *diretrizes operacionais*: pre-missas, prioridades e orientações básicas, visando compatibilizar os recursos disponíveis com as necessidades de fiscalização demandadas, conforme diretrizes gerais;

❖ *diretrizes tributárias*: premissas, prioridades e orientações básicas com a finalidade de direcionar o esforço de fiscalização para a verificação do cumprimento de obriga-

ções relativas aos fundos administrados pela Agência.

Para compatibilizar os recursos próprios disponíveis e as demandas das demais superintendências, a SRF adotou, como fatores de priorização, o regime de exploração dos serviços, a abrangência dos interesses e os objetivos da política de gestão da Anatel. As diretrizes que nortearam todas as atividades de Fiscalização durante o ano de 2003 foram cumpridas levando em consideração as orientações do Conselho Diretor, bem como as necessidades das várias superintendências da Anatel e do Ministério das Comunicações.

A tabela n.º1 da página seguinte mostra como foram priorizadas as atividades da SRF em 2003. Essa tabela relaciona, também, a quantidade de entidades e de estações em cada regime jurídico com a abrangência do interesse dos serviços, conforme determina a Portaria 465, de 11 de dezembro de 2002.

		Abrangência do interesse			
		Coletivo		Restrito	
		Entidades	Estações	Entidades	Estações
Regime Jurídico da Prestação	Público	6.817	57.791	-	-
	Privado	14.492	557.127	74.479	564.924
Total		21.309	614.918	74.479	564.924

Tabela n.º 1

Fonte: Sitar (ref.: Dez/03)

■ Prioridade alta

■ Prioridade normal

■ Prioridade baixa

2. Estações de radiodifusão e de telecomunicações

Conforme registros do Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações (Sitar), a SRF encerrou o exercício de 2003, com cerca de 941 mil de estações móveis, 238 mil estações fixas e 95 mil entidades, vide gráfico n.º1.

Na quantidade de estações móveis mencionadas, vale esclarecer,

que não estão computadas as estações portáteis para os serviços móveis, mas apenas as Estações Radio-base. Isto ocorre porque, caso fossem consideradas as quantidades de aparelhos celulares, o universo de trabalho da SRF se elevaria a algumas dezenas de milhões de estações.

Para se ter uma idéia dos esforços empreendidos pela SRF, o quadro a seguir mostra, de forma gráfica, a dimensão do universo fiscalizado pela SRF, durante o ano de 2003.

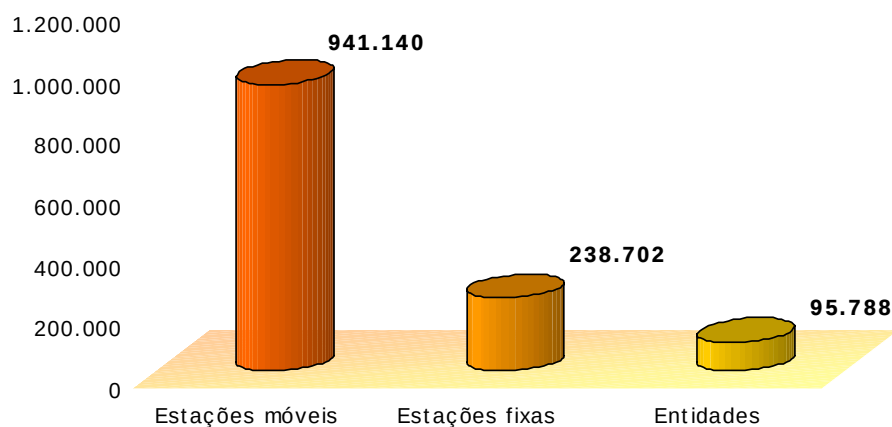


Gráfico n.º1

Fonte: Sitar Dez/03

3. Meta superada

A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF) realizou, ao longo de 2003, 187,7 mil ações de fiscalização. Com este resultado, superou a meta para o período, de 183,6 mil ações. Das quase 200 mil ações desenvolvidas no ano, 82%

foram realizadas remotamente, ou seja, com o suporte de recursos como a Rede Nacional de Radiovideometria (RNR) e o Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME). As 18% restantes foram fiscalizações presenciais, como compara o gráfico n.º2 – que mostra, também, os números de ações previstas e em 2003.

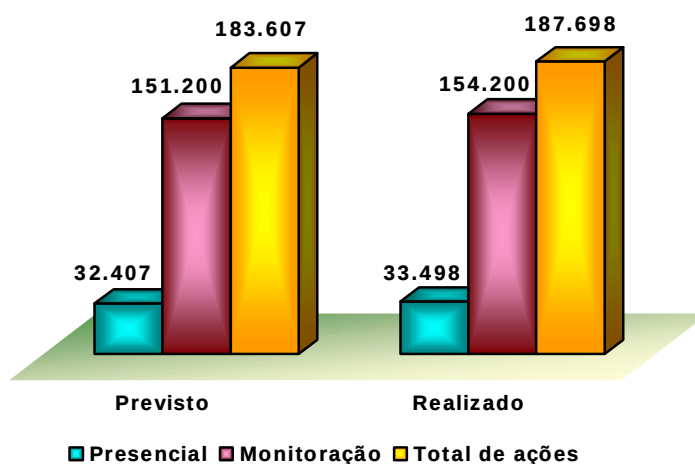


Gráfico n.º2

Embora o resultado de 2003 possa indicar uma redução em relação a 2002 – quando foram realizadas quase 438 mil ações –, esta diferença nos números deve-se a uma mudança na métrica para a mensuração das ações de fiscalização e não à queda da produtividade, como pode parecer à primeira vista. Até o ano passado, a SRF contabilizava a verificação de cada portadora (onda que carrega os sinais radioelétricos) como uma ação de fiscalização. Em 2003, no entanto, entendeu-se que a contagem por entidade/estação (e não mais por onda portadora) representaria melhor os esforços da fiscalização.

Um exemplo pode facilitar o entendimento. Em radiodifusão, cada estação (emissora de rádio, por exemplo) tem uma portadora. Assim, a vistoria nessa emissora era contada, até 2002, como uma ação fiscalizada. Com a evolução tecnológica, além

da chegada da telefonia móvel, a paridade uma entidade = uma portadora terminou. Hoje, cada torre de transmissão de sinais de telefonia móvel, ou Estação Rádio-Base (ERB), pode ter 25, 50 ou até mesmo 100 portadoras, de acordo com sua capacidade de atendimento.

Como resultado, uma única ação de fiscalização em uma ERB pode incluir a verificação de até 100 portadoras. Seguindo o critério adotado até 2002, seriam contabilizadas, portanto, 100 ações de fiscalização. O gráfico n.º3 mostra a evolução do número de ações de fiscalização realizadas pela Anatel nos últimos quatro anos. Na coluna referente a 2003, o trecho tracejado e em tom mais claro mostra o número de ações que teria sido alcançado se o critério usado até 2002 não fosse alterado. Por ele, fica claro que a produtividade da Anatel teve, no último ano, um ligeiro crescimento de 7%.

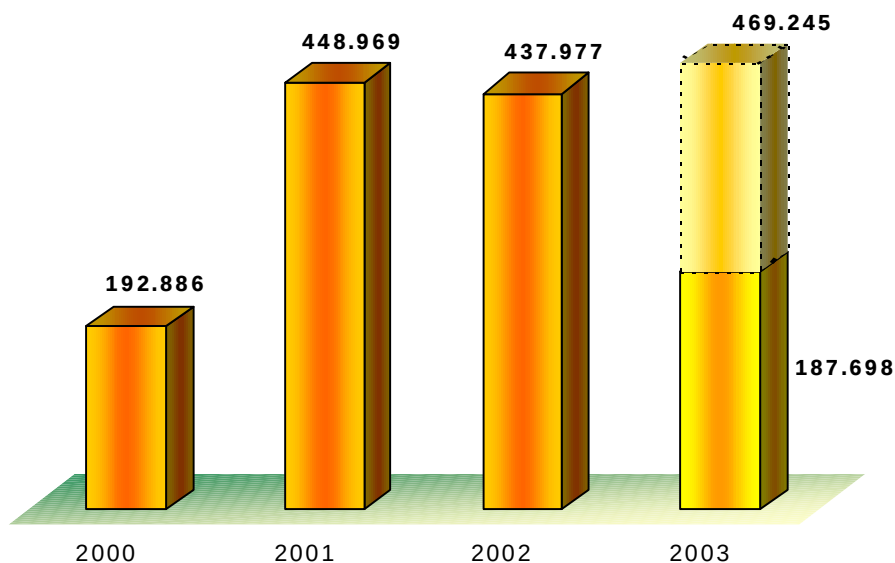


Gráfico n.º3

Também merece destaque a mudança, em 2003, dos critérios usados para classificar as ações como 'fiscalização por monitoragem' ou 'fiscalização presencial'. Segundo o novo entendimento, as ações de monitoragem são aquelas realizadas pela Rede Nacional de Radiovideometria (RNR) e pelo Sistema de Gestão de Monitoragem do Espectro (SGME), ou seja, à distância em relação a entidade fiscalizada. Na categoria 'fiscalização presencial', passaram a ser consideradas apenas as atividades que dependeram do contato pessoal dos agen-

tes de fiscalização com o ente fiscalizado.

A mudança de critério e a alteração na métrica de mensuração não significam que a metodologia usada anteriormente estivesse inválida. A evolução tecnológica e o fato de a Anatel dispor de sistemas automatizados, como o Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME), tornaram necessária a adequação dos indicadores utilizados, de modo que eles refletissem de forma mais coerente os esforços realizados pela fiscalização e o impacto de tais ações para a sociedade.

4. Recursos Humanos

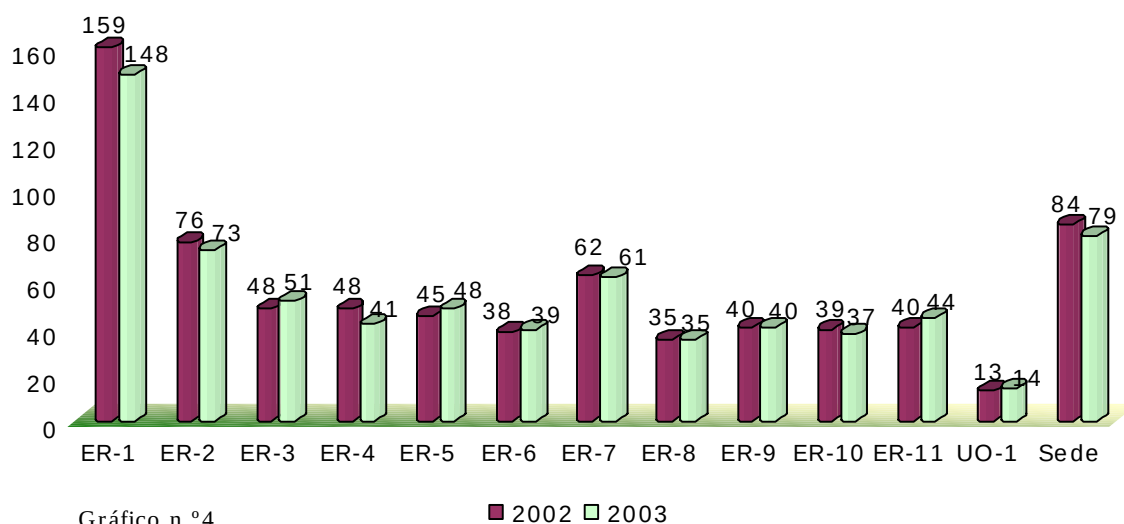
Ao final de 2003, a SRF contava com 709 servidores, contra um quadro aprovado de 748, conforme Portaria assinada pelo Conselho Diretor. Portanto, em Dezembro de 2003 atingiu-se 95% das vagas previstas para esta Superintendência. No final de 2002, a SRF contava com 727 servidores, evidenciando que houve uma redução de 2,5% na força de trabalho destinada às atividades da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização.

Também de acordo com a área de recursos humanos da Anatel, dos 709 colaboradores da Superin-

tendência de Radiofrequência e Fiscalização, em Dezembro de 2003, 50,6% (359) tinham nível médio e 49,4% (350), nível superior. Apesar do não preenchimento de 100% das vagas aprovadas, bem como da não realização do concurso público, a área de fiscalização superou as metas estabelecidas para o exercício 2003, como se poderá verificar ao longo deste relatório gerencial.

O gráfico n.º4 comparativo abaixo mostra, de forma gráfica, a situação dos recursos humanos de Dezembro de 2002/2003, de cada unidade gerencial da SRF, e também da Sede.

Evolução dos recursos humanos - 2002/2003



5. Recursos financeiros

Pela Lei Orçamentária Anual (LOA), foram destinados para a SRF, no exercício 2003, recursos da ordem de R\$ 64,5 milhões. Deste montante, R\$ 32,3 milhões foram destinados à Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações, R\$ 19,1 milhões para a Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização, R\$ 6,7 milhões para a Instalação de Postos de Radiovideometria, R\$ 2 milhões para Gestão do Espectro de Radiofrequência, R\$ 1,8 milhão para Certificação e Homologação de Produtos e de R\$ 2,6 milhões para capacitação.

Apesar da destinação orçamentária acima mencionada, foram contingenciados, em 2003, recursos da ordem de R\$32,5 milhões, tendo sido autorizado para os programas mencionados apenas R\$ 32 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- 1) Para a atividade de *Fiscalização da Prestação dos Serviços de Telecomunicações*, dos R\$ 32,3 milhões, inicialmente, orçados, foram autorizados R\$ 20,6 milhões e empenhados R\$ 18,8 milhões;
- 2) Para a *Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização*, dos R\$ 19,1 milhões inicialmente orçados, foram autorizados apenas R\$ 1,7 milhão, tendo sido empenhados R\$ 1,7 milhão;
- 3) Para a *Instalação de Postos de Radiovideometria*, dos R\$ 6,7 milhões inicialmente orçados, foram autorizados R\$ 5,2 milhões, e empenhados R\$ 5,2 milhões;
- 4) Para a atividade de *Gestão do Espectro de Radiofrequência*, dos R\$ 2 milhões inicialmente orçados, foram autorizados R\$ 850 mil e empenhados R\$ 819 mil;
- 5) Para a *atividade de Certificação e Homologação de Produtos*, dos R\$ 1,8 milhão inicialmente orçado, foram autorizados R\$1 milhão e empenhados R\$ 955,0 mil;
- 6) Finalmente, para a *atividade de capacitação*, dos R\$ 2,6 milhões inicialmente orçados, foram autorizados R\$ 1,9 milhão e empenhados. Não obstante o contingenciamento orçamentário do 1º semestre de 2003, a SRF, ainda, obteve um índice de execução orçamentária da ordem de 86%.

6. Recursos tecnológicos

Em 2003, a SRF concluiu a instalação da Rede Nacional de Radiovideometria (RNR) e foi assinado o Termo Aditivo contratual para continuidade da implantação do Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME). Além disso, foram adquiridos GPS, câmeras fotográficas digitais, leitores de código de barras e analisadores de espectro para suporte às atividades presenciais de fiscalização.

6.1. SGME

O Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro permaneceu, em 2003, com a mesma planta já implantada no ano de 2002. A instalação do Sistema, interrompida em 2002, em decorrência de divergências contratuais entre a Anatel e a empresa fornecedora dos equipamentos, foi retomada no final do ano, mediante Termo Aditivo com definição de novos prazos e critérios para a conclusão do trabalho. Hoje, as 28 unidades móveis de radiomonitoragem (UMRs) e 23 das 56 estações fixas, ou estações remotas de

radiomonitoragem (ERMs), estão em funcionamento.

Embora o contrato preveja prazo de 22 meses para a conclusão do SGME, com a instalação das 33 estações fixas restantes, modernização dos sistemas e outras melhorias, a Gerência Geral de Fiscalização espera ser possível antecipar o término desse contrato. No final de 2003, seis estações fixas já estavam interligadas ao Centro Nacional de Controle, que funciona na sede da Anatel, em Brasília. Segundo o cronograma definido no Termo Aditivo do contrato firmado com a empresa responsável pela instalação do Sistema, começa em abril e termina em setembro de 2004, o trabalho de interligação de todas as estações já em funcionamento no País.

Entre outras, a Anatel tem a obrigação legal de administrar o uso do espectro de radiofrequência. O SGME é um sistema que facilita este trabalho ao permitir a monitoragem remota das emissões radioelétricas e, com ele, é possível não apenas identificar o uso de frequências, mas, também, saber a exata localização da fonte emissora do sinal. Desta forma, é possível localizar as emissões com precisão e, no caso de irregularida

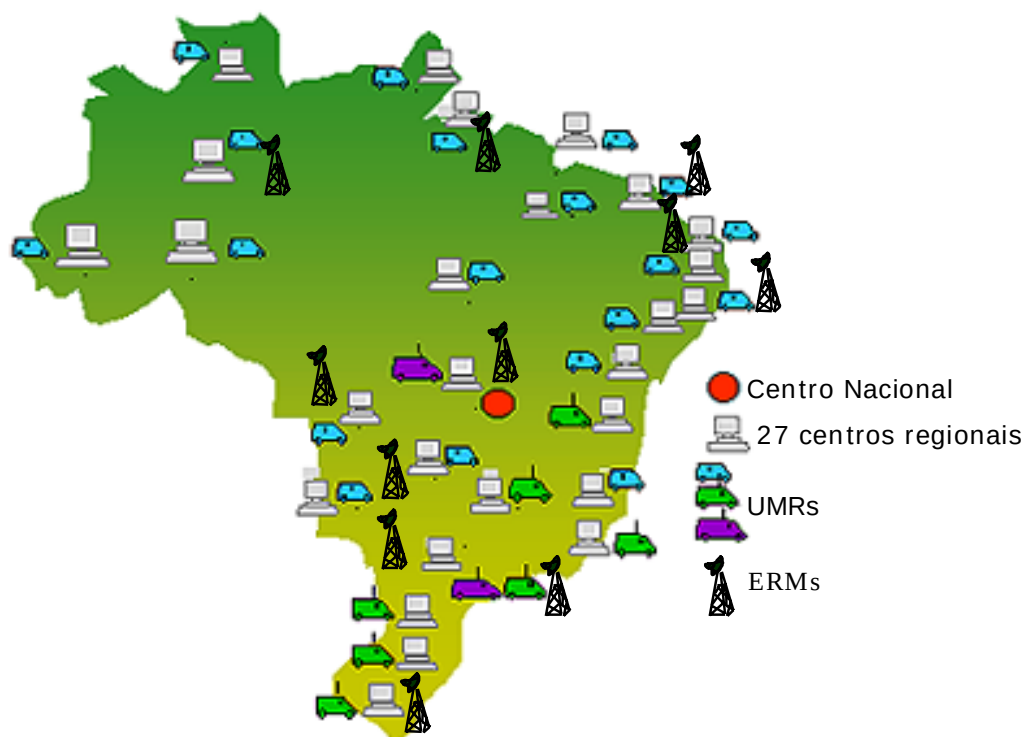
des, acionar as equipes de fiscalização para a adoção das medidas cabíveis.

Quando todo o Sistema estiver instalado e em funcionamento, será possível mais que duplicar o número das ações remotas de fiscalização realizadas, atualmente, por meio do SGME. Todo o Sistema estará on-line, no Centro Nacional, em Brasília. O intuito de gerenciar remotamente todo este trabalho, entre outros, está relacionado com o crescimento do uso de radiofrequências, exigindo o seu acompanhamento e monitoragem através de sistemas automatizados.

Outro ponto importante do projeto SGME é sua integração com o Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações (Sitar – sistema interativo da

Anatel que tem cadastradas todas as entidades autorizadas a usar sinais de radiofrequência). Com a interligação dos dois sistemas, o trabalho de fiscalização será otimizado. Se em uma varredura espectral for detectado algum sinal não-cadastrado no Sitar, será possível constatar que se trata de uma emissão não outorgada ou em desacordo com suas características técnicas. Com os recursos disponíveis no SGME, a fonte emissora poderá ser localizada, acionando-se, em seguida, os agentes de fiscalização. Assim, será possível interromper o funcionamento desta entidade não-outorgada ou correção das irregularidades antes mesmo do recebimento de alguma denúncia.

O mapa a seguir mostra onde estão localizadas as Estações Remotas (ERM) e as sedes das Unidades Móveis de Radiomonitoragem (UMR) em funcionamento.



6.2. RNR

Em 2003, foi concluída a fase de implantação e integração da Rede Nacional de Radiovideometria (RNR), incluindo o treinamento de cerca de 60 servidores para operação e gerenciamento do sistema. A rede instalada está formada por 27 plataformas de coleta, um Centro de Controle e uma plataforma portátil.

Com a RNR em pleno funcionamento, além do atendimento a denúncias, prevê-se a utilização regular do sistema na monitoragem e

controle de obrigações, mantendo atualizada a base de dados de cadastro de entidades, inclusive registrando o uso indevido do espectro nas diversas capitais.

Além disso, será possível realizar, entre outros, trabalhos de análise de conteúdo. Para a análise e a fiscalização de conteúdo serão acionadas, além das estações de trabalho do Centro Nacional, as estações de trabalho regionais. Em cada Unidade Regional da Anatel, ao menos uma das estações de trabalho estará equipada com acessórios e

peciais para prover a importação e a exportação de arquivos multimídia (sons e imagens) para meios analógicos convencionais (fitas VHS ou de áudio).

Caberá às estações de trabalho do Centro Nacional realizar as operações de radiovideometria com escopo nacional, monitorando as atividades e as condições de funcionamento de cada uma das plataformas regionais. Além disso, as estações de

trabalho realizarão atividades especiais, como transcrição especializada por estenotipia e gravação de mídias em DVD. Para o processamento e o armazenamento das informações coletadas, as estações de trabalho estarão equipadas com servidores de vídeo, de rádio, de aplicações e de base de dados.

O mapa abaixo mostra a planta de distribuição das plataformas da RNR em todo o território nacional.



7. Interferências prejudiciais

Das 6,7 mil denúncias de radiointerferência registradas ao longo de 2003, mais de 71% foram solucionadas, sendo 3,9 mil resolvidas dentro do prazo de 30 dias. Pouco mais de 1,8 mil denúncias recebidas (26% do total) estavam em andamento no final do exercício 2003, em investigação pelas unidades descentralizadas da SRF.

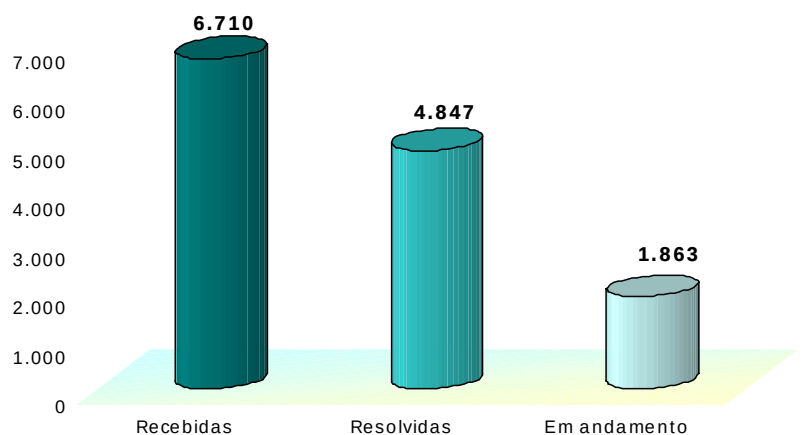
As diretrizes da SRF determinam o atendimento imediato de 100% dos casos de reclamações de interferências com risco à vida. No ano de 2003, foram registradas 41 denúncias de interferências sendo todas solucionadas no prazo pré-estabelecido. Quanto às interferências sem risco à vida, as diretrizes estabeleciam que o atendimento devia ocorrer em até 30 dias.

Adicionalmente, além das visitas mensais aos principais aeroportos do País visando maior interação

com as autoridades portuárias do país, as equipes de fiscalização da SRF realizaram, periodicamente, uma varredura do espectro radioelétrico, principalmente na região de Foz do Iguaçu, denominada de 'Região dos Países Vizinhos' (Argentina, Paraguai e Uruguai), com o intuito de inibir as transmissões clandestinas e possíveis fontes emissoras de radiointerferência.

Vale esclarecer que, em muitos casos, as dificuldades das ações de fiscalização realizadas pela SRF decorrem de problemas na localização das radiointerferência não cobertas pelas ERM's. Por serem intermitentes, tais interferências obrigam os fiscais a voltarem diversas vezes aos mesmos locais para monitoragem até a localização da origem da interferência e a sua conseqüente eliminação.

O gráfico n.º5 mostra as denúncias recebidas e já solucionadas em 2003 e as que estavam em fase de verificação em Dezembro de 2003.



Fonte: SCCA

Gráfico n.º5

Foi firmado acordo com o órgão regulador da Argentina, visando a cooperação técnica e institucional no campo das telecomunicações e o desenvolvimento tecnológico de ambos os países. Esse procedimento foi realizado no âmbito do Memorando de Entendimentos firmado entre a Anatel e a CNC (órgão regulador argentino) em fevereiro de 2003.

A cooperação a ser desenvolvida em virtude do Memorando de Entendimentos abrangerá, entre outras, as seguintes atividades: fiscalização, defesa e proteção dos direitos dos usuários; planejamento estratégico; estudos de radiointerferência; avaliação de preços e tarifas; propostas de metas de universalização e abrangência; uso racional do espectro radioelétrico.

8. Atendimentos às demandas

A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF) trabalhou, em 2003, com mais de três mil Solicitações de Serviços de Fiscalização (SSF) provenientes do Ministério das Comunicações (MC), das superintendências, das assessorias da Anatel, bem como outras geradas pelos escritórios regionais. Vale esclarecer que cada SSF pode gerar várias ações de fiscalização.

Apresentamos o gráfico n.º6 de recebimentos de SSF em 2003, comparado com recebimentos em 2002, por órgão demandante.

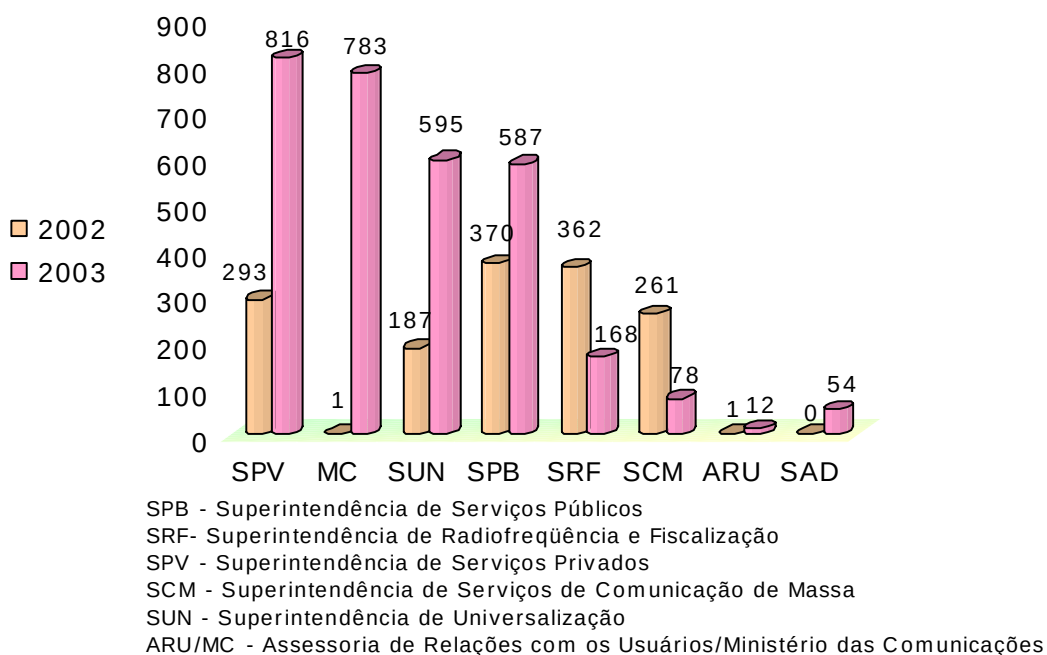
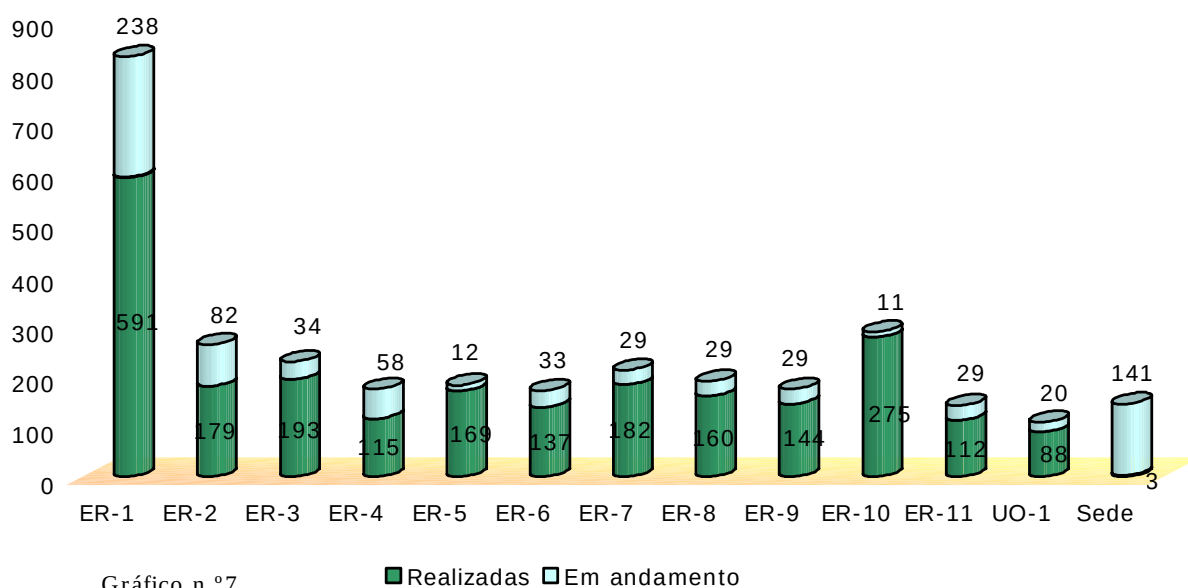


Gráfico n.º6

Sobre a comparação acima, vale comentar que no caso do MC, em 2002 as SSF inseridas pelos ER em atendimento às demandas do MC, foram computadas na carga da SRF, enquanto que em 2003 elas foram computadas na carga do MC; para o caso da SRF houve um decréscimo em 2002 por causa da situação já mencionada, além de que as SSF's emitidas pelos ER's, em atendimento às demais Superintendências eram computadas como sendo da SRF, enquanto que em 2003 elas foram computadas, corretamente, nas Superintendências demandantes; no caso da SCM, em 2002 houve início da fiscalização no segmento de

TV por assinatura, daí o elevado número de SSF's em 2002.

Por concentrar um maior número de entidades ligadas ao setor de Telecomunicações, o Escritório Regional do Estado de São Paulo (ER-1) foi a unidade descentralizada da SRF que atendeu, em 2003, o maior número de SSF: nada menos que 591 solicitações. Em seguida, o Escritório Regional do Pará e suas unidades operacionais (Maranhão e Amapá) atenderam 275 SSF. O gráfico n.º7 abaixo, mostra a posição, ao final do exercício 2003, o atendimento às Solicitações em cada uma das unidades da SRF.



9. Denúncias de funcionamentos de entidades não-outorgadas

Em 2003, foram registradas pela Assessoria de Relações com os Usuários (ARU) – e encaminhadas à Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização – cerca de 12 mil denúncias de funcionamentos de entidades não-outorgadas (clandestinas), sendo que 6,6 mil, ou seja, 56,5% do total de denúncias foram resolvidas no exercício de 2003, estando 5,3 mil em apuração, no final do ano, conforme gráfico n.º8.

Em relação ao ano 2002, houve um crescimento de quase 45% no quantitativo de denúncias de funcionamentos de entidades não-outorgadas em 2003, que passaram de 8 mil para 11,8 mil. Tal crescimento decorre, em parte, do acréscimo no número de estações clandestinas. O crescimento do número de denúncias deveu-se, também e, principalmente, pelo número expressivo de interferências causadas pelas não-outorgadas. Neste caso, a Fiscalização reclassifica todas as denúncias como estação clandestina, o que resultou em um aumento do número de Não-outorgadas.

A maior parte das denúncias de estações não-outorgadas é recebida pela ARU, por meio da Central de Atendimento (telefone

0800). Existem, ainda, denúncias que chegam à Anatel por meio de correspondências enviadas à Agência.

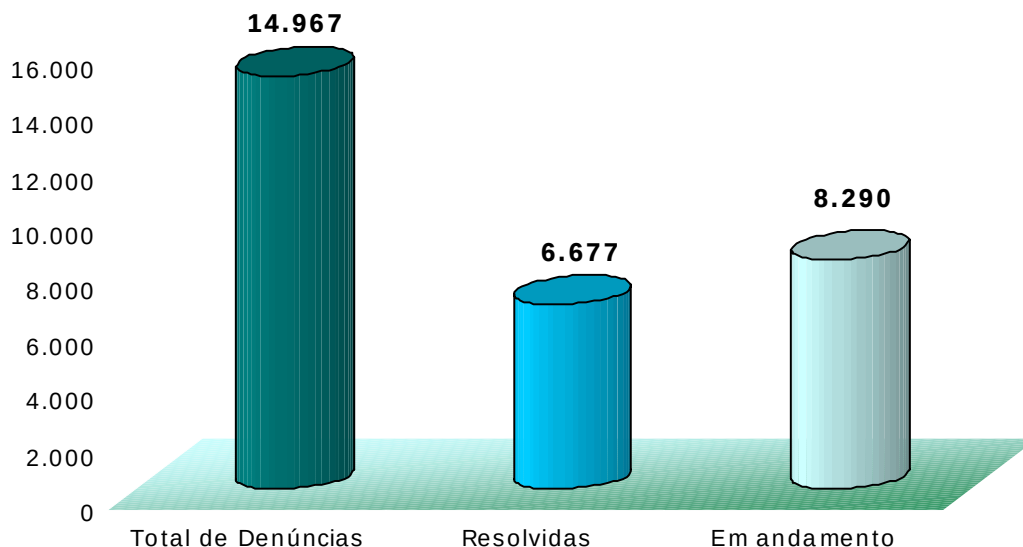


Gráfico n.º8

Fonte: SCCA

10. Combate a entidades não-outorgadas

Das 187.698 ações de fiscalização realizadas em 2003, 6.627 foram voltadas para o combate aos funcionamentos de entidades não-outorgadas, representando apenas 3,5% de todas as atividades de fiscalização da SRF realizadas ao longo daquele exercício. Deste total, os fiscais conseguiram êxito em 4.412 ações, ou seja, foram eficazes em

66,5% das ações de combate às entidades não outorgadas.

As 2.215 ações restantes foram qualificadas como não-eficazes, pelos seguintes motivos: por obstrução (57%), estação não localizada (24%), amparo judicial (4%) e outros casos (15%). As ações eficazes no combate às não-outorgadas, representaram, portanto, cerca de 2,4% de todas as ações empreendidas pela SRF durante o ano de 2003.

Vale ressaltar que vários operadores clandestinos têm como estratégia para fugir da fiscalização da Anatel interromper o funcionamento das estações quando percebem a presença dos fiscais da Agência. Com isso, o trabalho de localização dessas entidades fica comprometido – o que contribui para o aumento do percentual de ações não-eficazes. Para vencer as estratégias dos operadores dessas emissoras, a SRF tem investido na preparação, no planejamento detalhado de cada atividade e, sobretudo, no sigilo das ações de fiscalização.

11. Fiscalização tributária

No que respeita à fiscalização tributária, trata-se das arrecadações do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) e do Fundo de Universalização (FUST) dos Serviços de Telecomunicações).

11.1 FUST

Em se tratando do FUST, em 2003, os trabalhos desenvolvidos voltaram-se para a revisão da metodologia adotada para a fiscalização.

Com o enfoque destacado, a SRF realizou duas fiscalizações “piloto”, em 2003, de modo a instituir diagnóstico a partir das informações passadas pelas prestadoras, mensalmente.

11.2 FISTEL

Quanto ao FISTEL, relativamente, às 48 fiscalizações efetuadas em 2003, seus resultados apontaram 9 autuações, sendo 4 aplicadas a prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), e 5 a prestadoras do Serviço Móvel Celular (SMC)/ Serviço Móvel Pessoal (SMP).

12. Serviço de Segurança Aeronáutico

Durante todo o ano de 2003, a SRF visitou, preventivamente, aeroportos de todo o Brasil. A atividade estava prevista nas diretrizes da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF) para aquele exercício e fez parte da rotina de trabalho de todas as unidades descentralizadas da SRF.

De acordo com o previsto no plano de trabalho para 2003, cada Escritório Regional da Anatel, em

atendimento à determinação do Conselho Diretor deveria visitar os principais aeroportos, ao menos uma vez por mês. Apesar de contratempos como falta de pessoal e manutenção de unidades móveis de rastreo (UMRs), a SRF conseguiu atender, e superar, as metas estabelecidas.

Das quase 400 visitas realizadas ao longo de 2003, foram registradas 62 ocorrências (15,7% do total). As mais frequentes foram as interferências no sistema de comunicação aeronáutico provocadas por estações não-outorgadas. O gráfico n.º9 mostra, por unidade descentralizada, a atuação da Anatel na fiscalização do uso do espectro de radiofrequências nas proximidades de aeroportos.

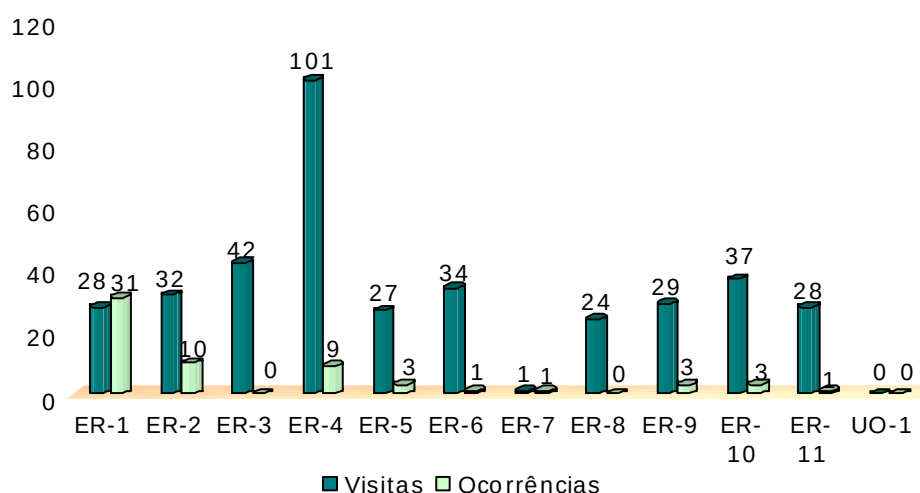


Gráfico n.º9

13. Vistorias em estações licenciadas de radiodifusão

De acordo com o previsto na Lei Geral de Telecomunicações, cabe à Anatel fiscalizar os serviços de radiodifusão, quanto aos aspectos técnicos,

ficando o Ministério das Comunicações (MC) responsável pela fiscalização do conteúdo transmitido por emissoras de radiodifusão. Com a reorganização estrutural do Ministério, a Agência Nacional de Telecomunicações firmou com o MC um termo de ajuste, passando a fiscalizar também o conteúdo.

14. Fiscalização de conteúdo

Em 2003, de acordo com o Termo de Ajuste firmado entre o Ministério das Comunicações e a Anatel, foi estabelecido que a Agência fiscalizaria, em nome do Ministério (MC), as programações das emissoras de rádio e de televisão. Este trabalho tem como foco verificar, por exemplo, os percentuais de comerciais, de noticiários e de transmissões obrigató-

rias veiculados. Como resultado desta atividade, os fiscais da SRF emitem relatórios que são encaminhados ao MC, que toma, então, as providências necessárias.

Ao longo do exercício de 2003, a SRF realizou 131.961 ações de fiscalização relativas a conteúdo. O gráfico n.º10 abaixo mostra as principais atividades realizadas pelos servidores-fiscais da Anatel durante a fiscalização de conteúdo.

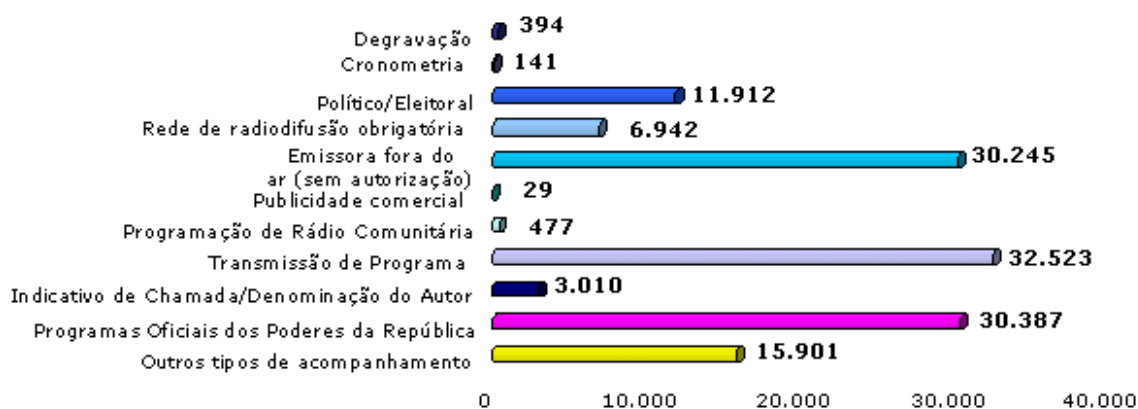


Gráfico n.º10

Vale esclarecer que os “outros tipos de acompanhamento”, responsáveis pelo quarto maior valor do gráfico, são ações relativas a tempo destinado a serviços noticiosos, boletins meteorológicos, TV a cabo – ca-

nais básicos de utilização gratuita, canais destinados a prestação de serviço, programação de canais das geradoras e sequência de canais – e conteúdo educativo.

15. Antecipação de metas de universalização

Para o desenvolvimento dos trabalhos de antecipação de metas de universalização da BrasilTelecom, a SRF mobilizou 190 agentes de fiscalização para o trabalho de campo, além de 26 servidores para a consolidação dos relatórios, verificação de

laudos e separação de irregularidades não relativas à antecipação de metas.

Foram visitadas mais de mil localidades, como mostra o gráfico n.º 11 a seguir, em etapas, no sentido de obter amostra com “falha zero” de anormalidade.

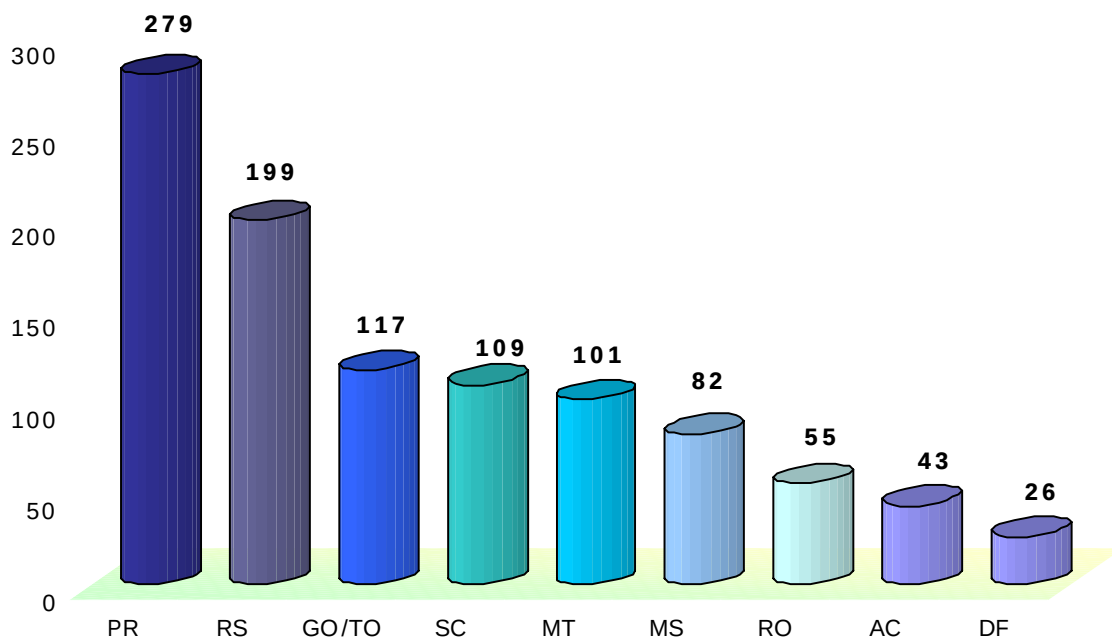


Gráfico n.º 11

16. Atendimentos às solicitações do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo

O Poder Judiciário encaminhou, em 2003, diversas solicitações de cumprimento de sentença, afetas aos prestadores de serviços de telecomunicações, algumas relacionadas com estações clandestinas. Todas as solicitações foram atendidas.

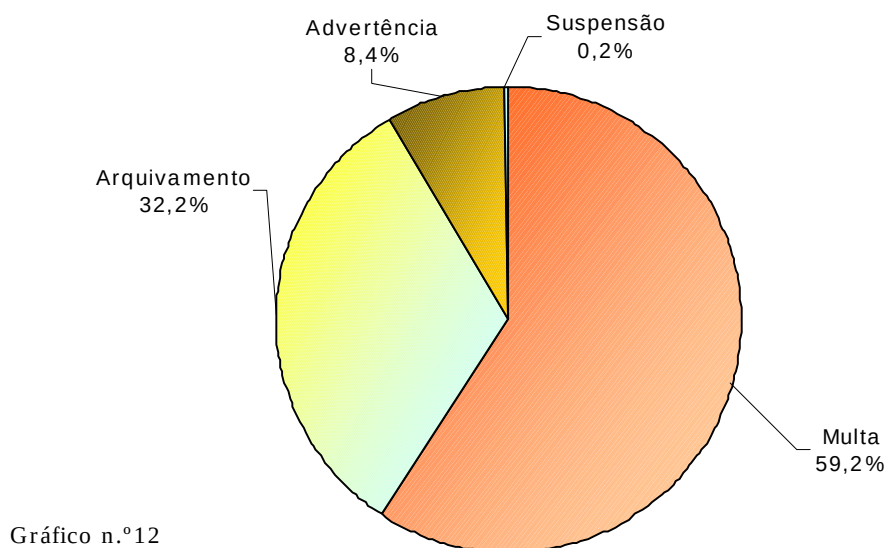
O Poder Executivo também encaminhou, em 2003, solicitações, através do Ministério das Comunicações, com ênfase em pleitos de Deputados e Senadores referentes às estações clandestinas. O Ministério das Comunicações solicitou, ainda, contribuições da Agência para projetos de lei, pertinentes em andamento.

17. Poder sancionador

A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização instaurou, desde a criação da Anatel até o final de 2003, cerca de 41 mil Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados). Com a organização de um mutirão que mobilizou servidores de todas as unidades descentralizadas da Anatel,

foi possível julgar até o final do ano de 2003, mais de 23 mil processos, sendo que destes, quase 18 foram julgados em 2003. Este esforço concentrado teve início em setembro de 2002 e hoje a SRF se orgulha de não ter nenhum processo parado. Deste modo, a SRF cumpriu a meta estimada de conclusão dos Pados em tramitação até junho de 2003 na Superintendência. Ainda em 2003, iniciou-se a implantação na SRF do Sistema de controle de Pados que irá contemplar o registro e acompanhamento de todos os Pados instaurados no âmbito desta Superintendência, em todas as fases processuais, desde a instauração até o encerramento.

O expressivo número de processos instaurados pela SRF decorre, em grande parte, da abrangência e volume do trabalho da Superintendência: são fiscalizados mais de cem tipos de serviços e, entre autorizadas, concessionárias e permissionárias de telecomunicações e de radiodifusão, milhares de empresas. Em 60% dos quase 18 mil Pados julgados pela SRF até dezembro de 2003, foram aplicadas multas aos infratores, perfazendo o total de quase R\$ 11 milhões. O gráfico n.º12 mostra as penalidades aplicadas pela SRF.



18. Salas do cidadão

A Sala do Cidadão é um dos instrumentos utilizados pela Anatel em todas as capitais brasileiras para tornar mais interativo o relacionamento com o cidadão e a sociedade.

Instaladas nas capitais brasileiras, como partes integrantes das Unidades Descentralizadas da Anatel, as Salas do Cidadão, contam com uma estrutura completa para atendimento da sociedade, com computador, impressora, fax, scanner, TV e vídeo, além de uma atendente para prestar informações, tirar dúvidas e ajudar os interessados na busca on-

line de informações sobre telecomunicações. Por meio destas infraestruturas, é possível, ainda, dar entrada em documentos ou acompanhar o andamento de processos protocolados na Agência.

Entre Janeiro e Dezembro de 2003, foram registrados cerca de 70 mil atendimentos, dos quais 19 mil reclamações. Dos demais atendimentos, podemos citar pedidos de informações sobre serviços de telecomunicações, acompanhamento de solicitações registradas, denúncias, solicitação de cópias de documentos etc.

Dos 70 mil atendimentos, quase 42 mil – 59% - foram realiza-

dos por telefone, conforme tabela n.º2:

Atendimentos nas salas do cidadão	
Telefone	41.699
Correspondência	6.165
Pessoalmente	14.027
Internet	2.887
Outros	5.340
Total	70.118

Tabela n.º2

Dos atendimentos realizados na Sala do Cidadão, quase 28% foram reclamações dos usuários em relação aos serviços de telecomunicações.

As cobranças indevidas e os reparos são as principais causas das reclamações, como mostra o gráfico n.º13 a seguir:

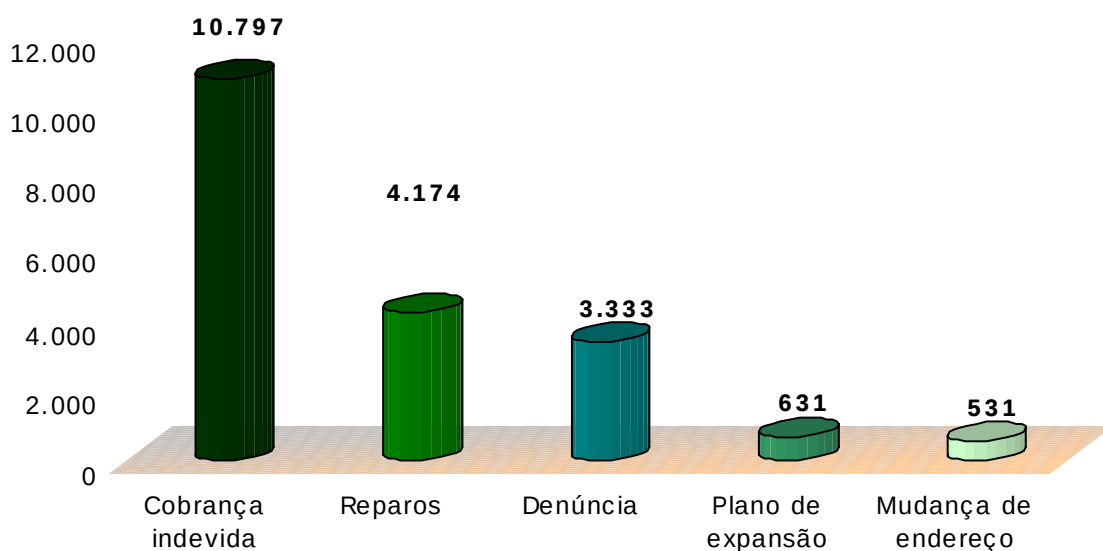


Gráfico n.º13

IV - Engenharia do Espectro

1. Atividades regulatórias

A Gerência de Engenharia do Espectro, em 2003, atuou com o objetivo de atualizar a regulamentação relativa ao espectro de

radiofrequências, de modo a prover o setor de um arcabouço regulatório

atualizado, visando uma utilização coerente do espectro com as exigências e desafios provenientes do desenvolvimento tecnológico das telecomunicações.

Com relação à elaboração de regulamentação, dos oito temas previstos para 2003, foram finalizados cinco, conforme demonstrado no gráfico n.º14 a seguir.

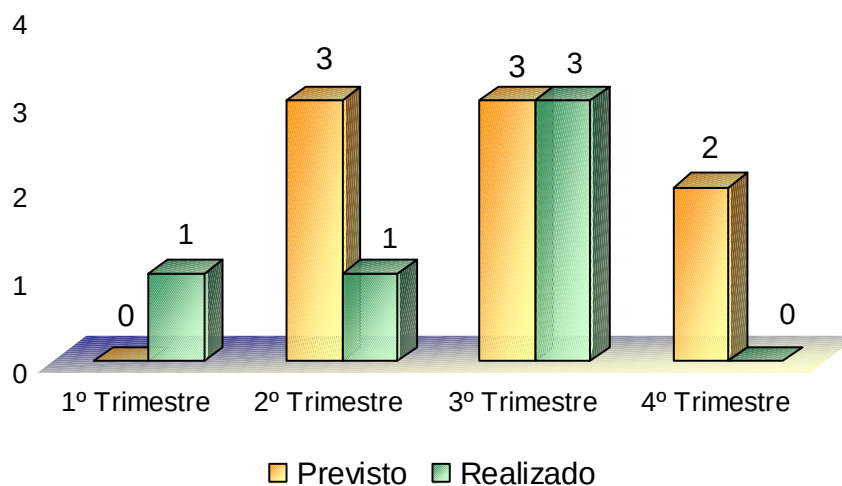


Gráfico n.º14



Quanto à regulamentação editada em 2003, merece destaque o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, aprovado no primeiro trimestre, contemplando a atualização anual nas versões eletrônica e impressa.

No segundo trimestre foi aprovado o Regulamento Sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas faixas de 800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz para prestação do Serviço Móvel Pessoal concluindo, assim, o ciclo de atividades relacionadas aos estudos que estabeleceram a regulamentação pertinente.

Já no terceiro trimestre, foram elaborados três regulamentos, destacando-se o que trata da Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências, que há muito consistia em lacuna no arcabouço regulatório da Anatel. Este Regulamento, inclusive, foi base para uma possível harmonização regulatória no âmbito do Mercosul, tendo sido apresentado à consideração dos demais países membros na última reunião ocorrida.

Relatório de Gestão da SRF 2003

É importante salientar que os temas que não lograram efeito no período sofreram adiamento em função da necessidade de reavaliação dos estudos que serviram de base ao desenvolvimento da regulamentação. Ao final de 2003 foram enviadas as seguintes propostas de regulamento para aprovação do Conselho Diretor:

1. Consulta Pública sobre proposta de Alteração do Regulamento de Cobrança do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR). Merece destaque, entre outras, a alteração introduzida no sentido de se dispensar do pagamento do PPDUR o uso temporário por aeronaves militares estrangeiras, em adição à isenção existente para as embarcações.
2. Consulta Pública para alteração do Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita para possibilitar a inclusão de novas aplicações nas faixas de 5.150 MHz a 5.350 MHz e de 5.470 MHz a 5.725 MHz, incorporando decisão da Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2003 (CMR-03). Adicionalmente, esta Consulta Pública abordou também o uso das radiofrequências na faixa de



2.400 MHz a 2.483,5 MHz por equipamentos utilizando tecnologia de espalhamento espectral ou modulação digital, com especial atenção quanto ao impacto da regulamentação proposta para os pequenos provedores de acesso à internet que se encontram no interior do Brasil.

1.1 Estudos efetuados

Quanto ao provimento de regulamentação específica, destaca-se o desenvolvimento de estudos quanto ao uso de faixas em aplicações que utilizam sistemas de equipamento rádio para redes locais de computadores (RLAN). O posicionamento definitivo sobre o uso das faixas considerou as discussões do Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações (UIT-R), durante a Conferência Mundial de Radiocomunicações realizada em junho de 2003. Desde então, estudos foram concluídos com o objetivo de prover e adequar o arcabouço regulatório sobre o tema, de tal forma que ainda no ano de 2004 possam ser permitidas aplicações que proporcionem o surgimento de uma diversidade de produtos capazes de operar de forma eficiente, além de facilitar o contínuo desenvolvimento de novos

Relatório de Gestão da SRF 2003

dispositivos de comunicações sem fio.

Além disso, considerando as autorizações expedidas no âmbito da Superintendência de Serviços Privados para a realização de testes com fins científicos e experimentais na faixa de 38 GHz, outorgadas a duas empresas, a Gerência de Engenharia do Espectro realizou estudo e concluiu alteração na regulamentação referente a esta faixa de radiofrequências no sentido de tornar possível seu uso em aplicações ponto-multiponto. Tal medida deverá possibilitar o uso de sistemas do serviço fixo em aplicações de alta densidade, proporcionando uso mais eficiente do espectro radioelétrico e atualizando tecnologicamente o uso da faixa.

Merece destaque, ainda, a conclusão do regulamento que trata das condições de uso de faixas de radiofrequências para o serviço de radioamador. A proposta foi submetida ao Conselho Diretor em fins de 2003, e espera-se que no primeiro trimestre de 2004 possa ser submetida à consulta pública, seguindo-se todos os trâmites procedimentais para tanto.



2. Autorizações para uso temporário do espectro

Para atendimento de solicitações do Ministério das Relações Exteriores (que centralizou os pedidos das missões diplomáticas), envolvendo o atendimento às necessidades de missões diplomáticas em visitas oficiais ao País e as dos ministérios militares, foram emitidos 22 atos de autorização para uso temporário do espectro.

Quanto ao segmento industrial e usuários em geral, foram emitidos 68 atos para uso temporário do espectro, em eventos de curta duração, resultando na emissão de 90 atos de autorização em 2003. Para tanto foram avaliadas 792 radiofrequências, com o objetivo de uso em demonstrações de sistemas a operadoras, em feiras e em eventos – com destaque para os que ocorrem anualmente, como desfiles de carnaval, Futurecom, corrida de Fórmula 1 e a queima de fogos de artifícios no Reveillon em Copacabana.

3. Outras atividades

Visando cumprir sua atribuição regimental, a Superintendência

Relatório de Gestão da SRF 2003

de Radiofrequência e Fiscalização contratou uma empresa de consultoria para realizar a análise de sistemas ponto-a-ponto, de forma ágil e eficiente, o que resultou na implementação do Sistema Rádio Enlace, prevista para o primeiro trimestre de 2004.

O objetivo do Sistema Rádio Enlace é realizar toda a avaliação técnica de projetos de sistemas ponto-a-ponto, incluindo-se análise de radiointerferência, por todas as áreas de autorização da Anatel, visando a autorização de uso de radiofrequência, bem como a verificação da necessidade de realização de chamamento público para autorização, concessão ou permissão de serviços de telecomunicações.

As atividades do Grupo de Trabalho integrado por representantes da Anatel, das Forças Armadas e de órgãos de segurança (GT-AFAOS) prosseguiram com a realização das reuniões programadas. Este grupo, vale esclarecer, trata da destinação de faixas de frequências para fins exclusivamente militares, promovendo, ainda, a interação das atividades relacionadas com o uso de radiofrequências entre esses órgãos e a Anatel.



Outra atividade que tem demandado atenção especial da Agência é o tratamento com relação à radiação não-ionizante (RNI). A Anatel, baseada em estudos internacionais que possuem o respaldo da Organização Mundial de Saúde (OMS), emitiu, em julho de 2002, o Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos de Radiofrequência entre 9 kHz e 300 GHz.

A elaboração da regulamentação sobre o assunto permitiu ao Brasil complementar uma importante lacuna no arcabouço regulatório brasileiro, permitindo o atendimento às constantes buscas de informações pela sociedade e demais interessados no tema. Além disso, a Anatel tem acompanhado as pesquisas realizadas em todo o mundo, visando a atualização permanente e a implementação de modificações, quando pertinentes.

Ainda em relação à radiação não-ionizante, a SRF representou a Anatel nas reuniões do Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde sobre avaliação e recomendação dos aspectos normativos relacionados à exposição humana à campos eletromagnéticos no espectro de 0 a 300

Relatório de Gestão da SRF 2003

GHz, que finalizou seus trabalhos em novembro, quando concluiu seu relatório.

Com relação ao acompanhamento internacional do assunto RNI, a Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização, objetivando trazer os resultados dos últimos estudos sobre o tema, representou o Brasil em outubro, no “3rd International EMF Seminar in China: Electromagnetic Fields and Biological Effects”, em Guilin – China. Este Seminário, realizado anualmente, é patrocinado pela Organização Mundial de Saúde e pela Comissão Internacional de Proteção contra Radiação Não-Ionizante (ICNIRP), com participação de governos, fabricantes, universidades e organismos de pesquisas, entre outros, para discutir e dar andamento às questões relacionadas à proteção dos trabalhadores e da população em geral submetidos à radiação provocada pelos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequência.

Entre as atividades internacionais realizadas neste exercício merecem destaque:

Mercosul – A Anatel participou na XXIV reunião da Comissão Temática de Radiocomunicações,



realizada no Uruguai, em novembro, representando o Brasil com propostas para três temas. A primeira compreendeu uma minuta de resolução com vistas à possível uniformização na forma de autorização do uso temporário de radiofrequências, tendo por base a Resolução da Anatel que trata do assunto. A segunda proposta teve como objetivo a retomada dos entendimentos relacionados com possível harmonização de faixas para implementação de sistemas que sigam as especificações IMT-2000. O último tema tratado consistiu em discussões objetivando uma harmonização regulatória para a questão de exposição humana a campos eletromagnéticos e radiações não-ionizante. Destacaram-se a grande receptividade das contribuições apresentadas, inclusive estimando-se que uma resolução conjunta sobre autorização de uso temporário de radiofrequências possa ser avaliada nas próximas reuniões.

Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel) - Houve a participação ativa do Brasil no Grupo de Trabalho Preparação para Conferências Regionais e Mundiais de Radiocomunicações que se reuniu pela primeira vez depois da Conferência

Relatório de Gestão da SRF 2003

Mundial de Radiocomunicações (C-MR-03).

Também no Grupo de Trabalho sobre Serviços de Radiocomunicações Terrestres Fixo e Móvel houve ativa participação a SRF, com apresentação de uma contribuição sobre Sistemas Fixos de Alta Densidade (HDFS) que, em conjunto com uma outra do Canadá, resultou numa recomendação contendo diretrizes para coordenação de sistemas fixos sem fio licenciados por área operando em países vizinhos, sendo aprovada ainda recomendação sobre aplicações de banda larga, na faixa de radiofrequência entre 57-64 GHz, envolvendo sistemas de ondas milimétricas.

No seminário conjunto sobre acesso de banda larga sem fio, a SRF moderou o tema que tratava de benefícios econômicos e sociais. Neste tema, o Grupo concluiu pela elaboração de um manual, cujo conteúdo deverá ser divulgado a título de informação na Anatel, assim que for distribuído pela Citel.

No Grupo de Trabalho de Radiodifusão, o tema televisão digital centralizou as discussões e a SRF pôde explicar melhor sua posição sobre o assunto naquele fórum.



No Grupo de Trabalho Sistemas Satelitais para a prestação de serviço fixo e móvel, a Superintendência apresentou documento que tratava da criação de websites interativos para facilitar o acesso aos procedimentos para autorização e licenciamento de estações terrenas, da implementação de sistemas automáticos para licenciamento de estações terrenas e de processos para licenciamento de estações terrenas em bloco. Ainda neste Grupo, o Brasil apresentou uma proposta de resolução sobre o uso de estações terrenas a bordo de embarcações.

Comissões Brasileiras de Comunicação – A Comissão Brasileira de Comunicações 10 (CBC 10) – Administração do Espectro Radioelétrico e Propagação, destaca-se a preparação de contribuições para a reunião da Comissão de Estudos 1 (SG 1) da UIT-R. Apresentadas, no âmbito das reuniões dos Grupos de Trabalho WP-1A, WP-1B e WP-1C, bem como o acompanhamento dos trabalhos na reunião do Grupo Tarefa TG-1/8 e da reunião do SG-1.

A Agência apresentou a experiência brasileira sobre atividades de fiscalização; proposta de inclusão de avaliação de cobertura de estações

Relatório de Gestão da SRF 2003

dos diversos serviços e redes de telecomunicações, como uma tarefa dentre as constantes do manual de radiomonitoragem, bem como inclusão de item sobre a estrutura organizacional do gerenciamento do espectro no Brasil.

Em relação à Comissão de Estudos 3 (SG3) da UIT-R foram tratadas questões relacionadas com propagação. Especial menção deve ser feita à realização, em Fortaleza, do Workshop ClimDiff 2003 e das reuniões dos WP 3J, 3K, 3L e 3M do SG 3 da UIT. As reuniões dos WP do SG 3 da UIT, foram importantes pelo volume e pela qualidade dos trabalhos desenvolvidos, inclusive o encaminhamento de diversos temas que remanesciam pendentes nos grupos de trabalho.

No Grupo de trabalho 9 B (WP 9B) foi desenvolvido um plano de trabalho considerando as discussões e as decisões tomadas durante a Conferência Mundial de Radiocomunicações, bem como os temas para possíveis contribuições a serem apresentadas.

No Grupo WP 8F foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho 8F sobre IMT-2000 e “Systems

Beyond”, visando preparar os trabalhos de coordenação que vêm sendo feitos pela Administração Brasileira quanto ao uso de radiofrequências

por aquele sistema e estabelecer as posições brasileiras a serem apresentadas na reunião daquele Grupo.

V - Certificação

1. Atividade Regulatória

A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF) desenvolveu, ao longo de 2003, atividades de reestruturação, de concepção e de atualização da base regulatória para a certificação e a homologação de produtos de telecomunicações.

Dentro das atribuições relativas à atividade de regulamentação técnica, a SRF tem como uma de suas metas a substituição de diversas normas expedidas ainda no período pré-privatização, pelo Ministério das Comunicações, pela Telebrás, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e por organismos internacionais. Tal conjunto regulamentar, além de bastante expressivo, contempla, ainda, requisitos hoje i-

nadequados sob a ótica do ambiente de competição em regime privado e dos mercados globalizados ou, mesmo, obsoletos se considerada a evolução tecnológica do segmento industrial de telecomunicações.

O gráfico n.º15 da página seguinte, demonstra a evolução dos trabalhos de elaboração das normas e regulamentos planejados para 2003, totalizando 41 atividades, das quais 21 encontram-se em fase de elaboração, 6 em consulta interna e 11 em consulta pública. Estas atividades foram iniciadas em 2003 com término previsto para 2004.

As atividades concluídas foram as seguintes:

1) *Norma para Certificação e Homologação de Cabos OPGW – Resolução n.º 348 de 2 de agosto de 2003;*

2) *Relatório Técnico contendo estudos preliminares para a Certificação de Equipamentos de Categoria II quanto aos Aspectos de Compatibilidade Eletromagnética.*

3) *Determinação de Regras Específicas para a Avaliação de Sistema Fabril e de Segurança de Produção de Cartões Telefônicos Indutivos.*

Adicionalmente, foram realizadas reuniões técnicas dos grupos de trabalhos (GTs), inclusive com a participação de representantes das prestadoras de serviços, da indústria e de instituições de pesquisa como uma das formas de reestruturação da metodologia de trabalho, objetivando acelerar o processo de elaboração e de atualização de normas técnicas para certificação. Com este trabalho, foram contemplados mais de 40 tipos distintos de produtos.

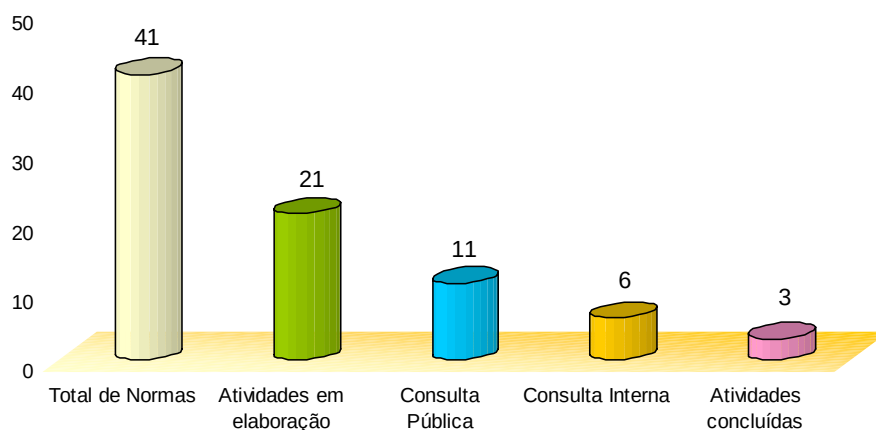


Gráfico n.º 15

2. Certificados de Homologação Expedidos

De janeiro a dezembro de 2003, foram expedidos 1.510 certificados de homologação, abrangendo 3.086 modelos de produtos. Com isso, foi superada em mais de 31% a

marca registrada em 2002, quando foram emitidos 1.150 certificados. Na comparação entre previsto e realizado, como mostra o gráfico n.º16, houve superação, no último exercício, de 89% da expectativa de demanda pela homologação de produtos.

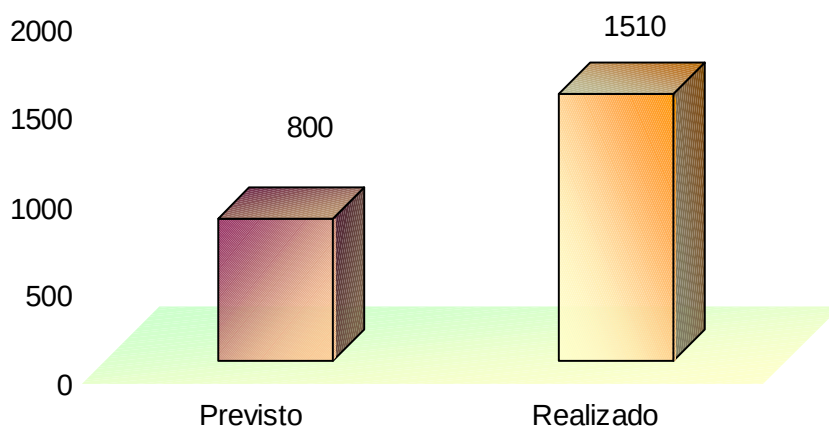


Gráfico n.º16

Este aumento de certificados homologados pela Anatel pode ser atribuído, em parte, às ações de fiscalização no combate a comercialização de produtos não homologados realizadas ao longo do último ano. Tais atividades tiveram, mais do que um caráter punitivo, o objetivo de orientar e sensibilizar os responsáveis pela fabricação e pela comercialização de produtos de telecomunicações sobre a importância de ser observada

a regulamentação aplicável à certificação.

3. Avaliação de Laboratórios e de OCDs

Foram avaliados e reconhecidos pela Anatel, até o final de 2003, nove novos laboratórios de ensaios de produtos para telecomunicações, o que representou acréscimo de 36% na infra-estrutura laboratorial

aplicada a ensaios de produtos. Além disso, cinco laboratórios tiveram seus escopos expandidos. Destaca-se, neste particular, que o crescimento da planta laboratorial brasileira, especificamente na área de ensaios para a certificação de produtos, é diretamente proporcional à demanda criada pela regulamentação expedida pela Agência à qual se submete, compulsoriamente, grande parte dos produtos que compõem as redes de telecomunicações.

Constitui exemplo importante a implantação do Laboratório de Absorção e Dosimetria (LAD) nas instalações do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), avaliado e reconhecido pela Anatel como apto realizar ensaios de SAR (taxa de absorção específica), em terminais do Serviço Móvel Pessoal, de acordo com os requisitos estabelecidos pela Resolução 303 (Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos). Ressalta-se, ainda, o fato de ser este laboratório o único existente na América Latina capacitado a realizar os ensaios mencionados.

4. Auditorias Técnicas

Com o aperfeiçoamento do sistema de gestão do processo de certificação, foram implementados novos procedimentos de controle e de verificação que facilitaram e tornaram mais eficazes as auditorias técnicas nas instalações dos laboratórios e dos organismos certificadores.

5. Outras Atividades

5.1 Mercosul

Sob a liderança brasileira, têm sido negociados os termos centrais que darão forma ao 1º Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) no âmbito dos países que integram o Mercosul. Com os ARMs, pretende-se estabelecer regras de equivalência entre os sistemas de certificação de produtos adotados pelos países membros. O Acordo de Reconhecimento Mútuo institui, na prática, ferramenta eficaz para a proteção da indústria nacional e dos direitos do consumidor, além de servir como elemento facilitador do comércio entre as partes signatárias, com desdo

bramentos positivos para as atividades de exportação.

Assim, foi conduzida nova rodada de negociações durante a reunião do SGT-1 (Sub Grupo de Trabalho 1 - Mercosul), no Uruguai, realizada no período de 04 a 07/08/2003, na qual, apesar do avanço alcançado, foi solicitado pelas delegações da Argentina, Paraguai e Uruguai novo prazo para posicionamento. Espera-se, portanto, consolidar os termos do Acordo ao longo do exercício de 2004.

5.2 Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel)

A SRF participou da III Reunião da CCP-I (Comitê Consultivo Permanente I – Normalização das Telecomunicações), na Cidade do México, no período de 22 a 26/09/2003, a adesão brasileira ao Acordo de Reconhecimento Mútuo para avaliação da conformidade de produtos. A questão deverá ser objeto de apreciação pelo Conselho Diretor da Anatel. A decisão, esperada para breve, poderá constituir-se em instrumento de grande valia à indústria nacional, em

particular ao segmento exportador, que tem se manifestado favoravelmente à implementação do Acordo como complemento ao sistema brasileiro de certificação administrado pela Agência como previsto no Regulamento anexo à Resolução 242.

5.3 Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs)

A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização participou de 3 reuniões plenárias da ITU-T, sendo 2 referentes ao tema Planta Externa, SG 6 ITU-T, realizadas em ABR (Genebra) e NOV (Hanoi), e em SET (Genebra) sobre o tema Proteção Contra os Efeitos do Ambiente Eletromagnético Compatibilidade, SG 5 ITU-T, onde foram defendidos os interesses da Anatel, conforme discussões prévias realizadas nas reuniões preparatórias no âmbito da CBC 6.

5.4 Atendimento aos usuários

Atividades de orientação e de esclarecimento a uma grande quantidade de usuários do sistema de certificação administrado pela Agência, envolvendo posturas e dispositivos

regulamentares pertinentes, superando a marca de 3.000 consultas formuladas e respondidas no exercício 2003.

5.5 Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações (FCPT)

Foram realizadas duas reuniões ordinárias do FCPT para tratar de temas relevantes sobre certificação de produtos de interesse direto da indústria, das prestadoras e dos usuários dos serviços de telecomunicações. Na primeira reunião realizada em maio, foram tratados temas relacionados a:

- 1) certificação de produtos para estações terrenas;*
- 2) discussões sobre o conteúdo do certificado de homologação da Anatel;*
- 3) explanação sobre os conceitos e objetivos do Acordo de Reconhecimento Mútuo, no âmbito da Citel e do Mercosul.*

Na segunda, realizada em novembro, foram tratados temas relevantes para o ajustamento do sistema, entre os quais se destacam:

- 1) realização de ensaios de SAR no Brasil;*

2) recolhimento de amostras de produtos no mercado para verificação da conformidade;

3) credenciamento de laboratórios pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Tais temas serão objeto de planejamento e de estruturação de programa específico de atividades no decorrer do exercício 2004, de forma a consolidar o sistema de certificação administrado pela Agência.

5.6 Relacionamento entre a Anatel e os OCDs

Foram realizadas em 2003, reuniões periódicas com os Organismos de Certificação Designados (OCDs). Até dezembro, foram realizadas três reuniões objetivando a melhoria dos processos de certificação, cujo resultado imediato se reflete no aumento da eficiência da atividade de avaliação da conformidade conduzida pelos OCDs, sob a supervisão da Gerência de Certificação da Agência.

5.7 Sistema de Gestão de Certificação e Homologação

Em dezembro, foi simplificado o processo de emissão dos certificados de homologação que permite ao interessado, utilizando-se de recursos próprios de informática, a impressão dos certificados com considerável agilidade para o início do processo de comercialização do produto. Tal procedimento representou grande economia de recursos materiais e de pessoal para a Agência, visto que foram eliminados a impressão e o envio de certificados pelo Correio. Tal medida constituiu etapa inicial para a eliminação total do trâmite de

documentos impressos relativamente aos processos de certificação e de homologação de produtos.

Além disso, foram obtidos avanços no desenvolvimento de novas ferramentas e módulos de consulta que deverão estar disponíveis já no primeiro trimestre de 2004. Destaca-se a disponibilização de fotografias de amostras de produtos homologados, relatórios de ensaio e de avaliação da conformidade e outros documentos que compõem a base de dados do sistema de gestão da certificação, permitindo consultar a documentação que sustenta os procedimentos de certificação com reflexos positivos para a rastreabilidade e credibilidade do processo.

VI - Fatos Reais

Além dos números anteriormente apresentados, os casos retratados abaixo demonstram o esforço da SRF em cumprir com a missão da Anatel e seu compromisso de atender

a sociedade e garantir o bom funcionamento – de acordo com o previsto na legislação – do setor de telecomunicações. São casos ocorridos ao longo de 2003, nas unidades descentralizadas da Agência em todo o País.

1. Agentes de fiscalização da Anatel são libertados de cárcere privado pela polícia

Um novo e marcante episódio dá a medida das ‘surpresas’ que, às vezes, aguardam os agentes da Anatel na árdua missão de coibir o funcionamento de emissoras clandestinas. Feitos reféns durante o que seria uma operação de rotina para a interrupção do funcionamento de uma emissora não-outorgada, fiscais do Escritório Regional da Anatel em São Paulo (ER-1) tiveram que contar com o apoio do helicóptero ‘Águia’, da Polícia Militar, para serem libertados. O fato ocorreu em Campinas, cidade distante 100 quilômetros da capital paulista, quando agentes de fiscalização da Anatel confirmaram, com o auxílio de uma unidade móvel de radiomonitoragem, a denúncia de interferência, encaminhada formalmente pelo Serviço Regional de Proteção ao Vôo, daquela emissora nas operações do aeroporto de Viracopos.

A emissora, que funcionava nos fundos de uma igreja evangélica, teve seu funcionamento interrompido pela equipe do ER-1. A operação ia

bem até que chegaram ao local representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) que, inconformados com a lação cautelar dos equipamentos, trancaram os fiscais da Anatel em uma sala, sob a alegação de que a interrupção de uma ‘rádio comunitária’, sem mandado, era ilegal. Ameaçaram e detiveram os fiscais que, pelo telefone celular, acionaram a Polícia Militar. Os agentes da Anatel permaneceram cerca de meia hora no ‘cativeiro’, quando o local foi cercado e, pelo sistema de som do helicóptero que deu cobertura à operação por terra, os policiais ordenaram a libertação dos reféns. Lavrado boletim de ocorrência na delegacia de polícia do bairro, onde foi instaurado inquérito pela Polícia Federal para apurar o que houve e responsabilizar os culpados pela infração prevista na Lei Geral de Telecomunicações, bem como pela tentativa de manutenção dos agentes em cárcere privado.

As interferências em aeroportos são uma das prioridades da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF). Quando se recebe denúncias de radiointerferên-



cias que apresentam risco à vida, como é o caso das interferências ao sistema de proteção de vôo, a fiscalização dá prioridade máxima. Em seguida, vêm as denúncias de interferências de interesse comercial, técnica, e os demais casos, com base no que dispõem as diretrizes da SRF para o exercício de 2003.

2. Caso curioso mostra que nem tudo está nos manuais de fiscalização

Todos os dias, mais ou menos no mesmo horário, uma interferência fazia sumir a imagem da televisão de um usuário, residente no município paulista de Mogi-Guaçu, distante 150 quilômetros da capital do Estado. A Anatel entrou no caso, de final inesperado, mas com duas lições: primeira, que em matéria de interferência, nem tudo está nos manuais; segunda, que a fiscalização da Agência dá, a um caso simples e particular, a mesma atenção que dispensa aos casos mais complexos.

Foi o que aconteceu com o caso apresentado por esse usuário. Intrigado com o desaparecimento di

Relatório de Gestão da SRF 2003

ário da imagem, ele entrou em conta

to com a Anatel e uma equipe do Escritório Regional de São Paulo (ER-1) – foi deslocada para o local no intuito de descobrir e de resolver o problema de interferência. Pela narrativa, o caso parecia simples: à noite, uma interferência roubava a imagem de seu televisor.

No início da tarde do dia 24 de junho, os agentes da Anatel visitaram o local e a antena (parabólica), mas nenhum sinal clandestino – como a princípio se imaginou – ou outra irregularidade foram constatados na residência do usuário e nem nas casas vizinhas. A equipe resolveu, então, retornar ao local no final da tarde. Era mais ou menos nessa hora, segundo o usuário, que todos os dias tinha início a interferência, que só cessava pelas 6 horas da manhã seguinte.

Às 17h30 lá estavam o reclamante e os colaboradores da Anatel, sentados no quintal, admirando o belo entardecer do interior paulista e observando o ambiente. Pontualmente, às 17h50min, a interferência se manifestou na figura

de um singelo passarinho, que se recolhia ao ninho, localizado exatamente no LNB, o receptor da antena parabólica do usuário. Imediatamente a imagem da TV sumiu.

Ainda meio incrédulo diante da prosaica origem do problema, os Agentes da Anatel tivera, com o auxílio de uma madeira, espantar o passarinho. Prontamente a imagem se restabeleceu, cessando assim a interferência nos sinais recebidos pela TV do reclamante. O passarinho – insistente – voltou, tentou recuperar o ninho, mas foi novamente enxotado, devolvendo-se ao usuário e sua família o sinal de qualidade que a televisão tem naquela região.

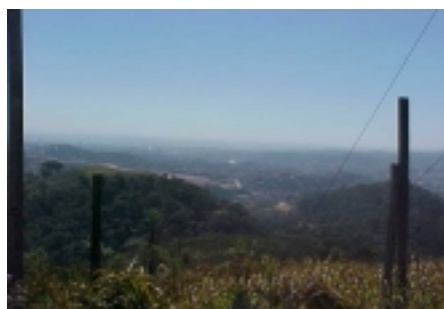
3. Anatel tira Princesa do ar

Quatro agentes de fiscalização do Escritório Regional da Anatel em São Paulo (ER-1), dois delegados e cinco agentes da Polícia Federal (PF), além de integrantes do Corpo de Bombeiros. Este foi o efetivo mobilizado pela Força-tarefa da Anatel para interromper o funcionamento da Princesa FM, emissora não-outorgada que funcionava em São

Bernardo do Campo, município da Grande São Paulo.

A interrupção do funcionamento da emissora foi possível após um longo trabalho de investigação (inteligência), que exigiu seis dias de esforços dos agentes da Anatel e da PF. Com carros descaracterizados e com o apoio da Unidade Móvel de Radiomonitoragem (UMR), foi constatado o funcionamento ilegal da emissora – que operava com mais de cinco mil watts de potência. Uma rádio comunitária, vale lembrar, pode operar com, no máximo, 25 watts. A Princesa era, portanto, uma rádio clandestina com fins exclusivamente comerciais. As fotos a seguir mostram o esforço dos fiscais para tirar a Princesa FM do ar.

A foto abaixo, mostra o transmissor, receptor de link e amplificador de potência da Princesa FM, além da antena da emissora, estavam instalados no alto de um morro na Estrada das Estrelas, em São Bernardo do Campo.



A interrupção do funcionamento da rádio só foi possível graças ao apoio da Polícia Federal. A emissora mantinha de plantão, no alto do morro, um 'vigia' com armamento pesado. O 'segurança' da rádio fugiu quando percebeu que uma operação policial estava em curso (Fotos abaixo).



Os equipamentos para a transmissão ficavam guardados em uma casa-mata (um tipo de bunker). Para chegar a eles foi necessário acionar o Corpo de Bombeiros. Com motosserras e alicates de alta pressão, entre outros equipamentos, foi arrombada a estrutura metálica que revestia a casa-mata (Foto a seguir).



Em seguida, com marretas e picaretas, os bombeiros destruíram a estrutura de concreto armado que protegia o bunker (Foto abaixo).



4. Interrupção no STFC em Belém recebe atenção. Saiba como a Anatel age nesses casos

A operadora Telemar Norte Leste S.A. (Telemar/Pará) já apresentou as informações sobre uma interrupção do serviço de telefonia fixa, problema que afetou grande parte dos assinantes da capital paraense e arredores. As respostas da operadora, recebidas pela Anatel, começaram a ser avaliadas pelos técnicos do Escritório Regional da Anatel no Pará (ER-10).

Assim que tomaram conhecimento do fato, os Agentes do ER-10 entraram em ação para conhecer as causas do incidente e tomar as providências cabíveis. Ao mesmo tempo, apresentaram à Telemar um questionário, a seguir comentado para dar idéia aos usuários que não conhecem o assunto, sobre como age a Anatel nesses casos. Antes de tudo, vale esclarecer que toda iniciativa da Agência em casos como esse se baseia em cláusulas do Contrato de Concessão (art. 19.1). Constatada a irregularidade, a Anatel apresenta um questionário básico a ser respondido pela operadora no prazo máximo de três dias úteis após seu recebimento. As questões que a operadora deve responder são simples e diretas.

Causas – Além de informar sobre data e hora do início e do fim da interrupção do serviço, a operadora tem de esclarecer se a ocorrência foi programada ou não. Nos dois casos, tem de esclarecer as causas, as estações e localidades atingidas pela interrupção, informando quais e em que proporções equipamentos e elementos de rede foram afetados.

Em casos de interrupção, a operadora não pode manter silêncio sobre o problema. Por isso, qualquer operadora deverá informar à Anatel, além dos aspectos técnicos do problema, se ela fez uma comunicação aos assinantes e ao público em geral, quando, por que meios e em que termos. Mais ainda: tem de apresentar à Agência a comprovação de que comunicou o problema aos outros prestadores de serviços de telecomunicações afetados, caso as interrupções tenham superado 10% do total de acessos da localidade ou de qualquer estação de comutação de localidades que tenham mais de uma estação.

Relatório – As questões apresentadas pela Anatel vão mais longe. A operadora terá de relatar as centrais afetadas pela interrupção e respectivos diagramas de entroncamento. Outra importante questão posta pela Agência e que a operadora deverá responder: quais as providências tomadas ou em andamento para conceder créditos aos assinantes afetados pela interrupção. Por fim, a Telemar – ou qualquer outra operadora, nas mesmas circunstâncias – deverá

fornecer relatório com as reclamações de assinantes com os dados e informações extraídos dos Bilhetes de Defeitos (BDs) abertos pela prestadora.

As respostas a essas perguntas estão no relatório apresentado, no prazo previsto, pela operadora. Os agentes de fiscalização da Anatel fizeram o batimento das informações que levantaram com as prestadas pela Telemar. Só depois desse cotejamento e de uma avaliação final é que a Anatel aplica as sanções previstas – se for o caso, naturalmente –, também com base nos preceitos dos Contratos de Concessão.

5. ER-4 cria Gerência Itinerante, iniciativa pioneira na Agência

O Escritório Regional da Anatel em Minas Gerais (ER-4) realizou, em abril, o projeto Gerência Itinerante. Iniciativa pioneira na Agência, o projeto concentrou esforços para atender duas Solicitações de Serviços de Fiscalização (SSFs), da Superintendência de Universalização, relativas ao Plano Geral de Metas de

Universalização (PGMU). Durante os dez dias de Gerência Itinerante foram visitadas 94 localidades do Triângulo Mineiro.

Para otimizar os resultados deste esforço concentrado, o foram para Uberlândia, cidade-sede da CTBC Telecom, de onde atuaram em toda a região de abrangência dessa operadora. Com a Gerência Itinerante, o ER-4 economizou tempo e aumentou a produtividade dos fiscais. Vale ressaltar que, se realizado de forma tradicional, este trabalho levaria, no mínimo, três semanas para ser concluído. Com o novo modelo foi possível economizar 33% do tempo que seria gasto, concluindo as atividades em duas semanas.

Durante as ações de fiscalização ligadas ao PGMU, é normal os fiscais enfrentarem algumas dificuldades e perda de tempo acionando a sede da Anatel em busca de orientação para viabilizar a solução de alguns problemas e, estando mais perto do centro administrativo da operadora, foi possível resolver eventuais dificuldades. Com essa coordenação

mais próxima, os assuntos puderam ser discutidos e resolvidos, in loco.

6. Agência faz palestra para a Polícia Federal

Atendendo a pedido da Superintendência de Polícia Federal da Paraíba, a Anatel realizou, por meio da Unidade Operacional daquele Estado (UO-6.2, subordinada ao Escritório Regional de Pernambuco), uma palestra para os funcionários daquele órgão. O encontro reuniu, além de membros da Polícia Federal, representantes comerciais de equipamentos de comunicação. Eventos dessa natureza demonstram o ótimo relacionamento mantido entre a Anatel e a Superintendência da Polícia Federal

As palestras – sobre diversos temas de interesse dos participantes do evento – foram ministradas por um Agente de Fiscalização do ER-6.

Durante a reunião, os participantes receberam dos fiscais da Anatel uma visão geral da legislação brasileira de telecomunicações e do setor de radiodifusão, com destaque para as informações encontradas nos

sites da Anatel e do Ministério das Comunicações. As facilidades existentes no site da Agência foram am

plamente exploradas, com destaque para os links Biblioteca, Serviços e Sistemas; onde os tiveram a oportunidade de orientar os funcionários da Superintendência de Polícia Federal na Paraíba a tornarem como prática a consulta ao Sistema de Informações de Preços e Tarifas (SIPT) em suas ligações. Foram apresentadas aos participantes, também, informações sobre o Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos (Sicap) e dados sobre os meios de interação da Anatel com a sociedade, como a Central de Atendimento (0800) e a Sala do Cidadão.

Outros temas abordados no encontro foram o uso correto do sistema de rádio comunicação reestruturado na Polícia Federal do Estado, que conta com cinco estações repetidoras, garantindo à entidade uma cobertura de comunicação quase total na Paraíba; problemas de radiointerferência; o funcionamento de estações clandestinas e a legislação pertinente. Os agentes da Anatel

destacaram a necessidade de conhecimento das normas de cada serviço para o uso correto dos sistemas de comunicação, bem como princípios de condução eletromagnética, propagação de ondas, tipos de antenas e planos de distribuição de faixas de frequências.

7. “Invasão da Amazônia” é combatida com apoio da Anatel

Ajudar um grupo de militares do Exército, em Roraima, a evitar a invasão simulada de parte da Amazônia brasileira. Esta foi a tarefa que a Unidade Operacional da Anatel naquele Estado (UO-11.3) realizou, em parceria com a 1ª Brigada de Infantaria da Selva do Comando Militar da Amazônia. O trabalho fez parte da Operação Ajuricaba II, um exercício de campanha daquele Comando Militar.

Durante a operação, a Anatel teve como função apoiar os militares na fiscalização das faixas de frequência de 3 a 30MHz e de 30 a 300MHz. Neste tipo de atividade – chamada dupla-ação – duas partes disputaram um determinado território.

No caso específico, os militares de Roraima são o ‘time’ azul e os do Rio de Janeiro, o ‘time’ vermelho – que fez o papel de invasor de parte da Amazônia brasileira. O objetivo do ‘time’ azul foi dificultar o sistema de comando e de controle dos invasores, que tinham à sua disposição helicópteros e equipamentos usados em guerra eletrônica.

Para a realização desta atividade, foi solicitado o uso de uma unidade móvel de radiomonitoragem (UMR), em dias e horários pré-estabelecidos, para a varredura de faixas de frequência que foram do rádio HF até o celular.

Com isso, a equipe azul – que na simulação defende o Brasil – obteve vantagem tática e a possibilidade de contrabalançar os efeitos da guerra eletrônica vermelha. Esta, vale destacar, foi a primeira vez que a Anatel participou de um exercício militar do Exército, fornecendo suporte técnico e já contribuindo para a vitória do “time azul”, representado por Roraima.

8. ameaça de morte impede ação de fiscalização

Abuso de autoridade, uso de armas de fogo e até mesmo ameaças de morte. Estes foram alguns dos fatores que impediram o sucesso de atividade de fiscalização, realizada no final de novembro de 2001, na cidade mineira de Contagem. Lá, os agentes da Anatel apuravam 20 denúncias de interferência quando constatarem o funcionamento de uma emissora não-outorgada em um estabelecimento religioso. O proprietário da rádio – conhecido como ‘Pastor Júlio’ – foi chamado por um dos ‘fiéis’, enquanto os agentes eram convidados a entrar no templo para aguardá-lo.

Quando o ‘Pastor’ chegou ao local, os fiscais se identificaram como agentes da Anatel e explicaram que estavam ali para apurar denúncias. Ao receber tais informações, o responsável pela emissora se exaltou e exigiu a apresentação de um mandado. Ao ser informado de que o documento solicitado não exista, o ‘Pastor’ se identificou como policial civil, sacou uma arma de fogo e insultou os agentes, ameaçando-os de morte. Alterado, o ‘Pastor Júlio’ chegou a dizer

que já havia participado de um grupo de extermínio da Polícia Civil e matado nada menos que 16 pessoas.

Após momentos de grande tensão, os dois fiscais que participavam da operação foram liberados. Quando se retiravam do local – ainda sob ameaças – o ‘Pastor’ anotou os números dos documentos de um deles e fez um alerta: se algo fosse feito contra a rádio, ele partiria para o lado pessoal, não importando até onde isso levaria.

9. ameaça de linchamento não impede sucesso da fiscalização

Aconteceu em Darcinópolis, município de Tocantins. Em atendimento a uma denúncia recebida pela Central de Atendimento da Anatel, dois agentes verificavam se no local funcionava, ou não, uma emissora clandestina. Utilizando-se dos equipamentos disponíveis, eles localizaram a estação transmissora – não-outorgada – que funcionava em um prédio que pertencia à Prefeitura do município.

No momento da abordagem, os agentes se identificaram como fiscais da Anatel. Em seguida, vistoriaram a estação e pediram a apresentação dos documentos. Após cerca de 40 minutos, o então prefeito e um vereador de Darcinópolis foram ao local e identificaram-se como os responsáveis pela estação. Não apresentaram, no entanto, nenhum documento que autorizasse o funcionamento da emissora.

Como de praxe, os agentes informaram aos ‘responsáveis’ que o funcionamento da rádio seria interrompido por meio da lacração dos equipamentos – que seriam, posteriormente, apreendidos pela Polícia Federal. Após fazerem este comunicado, os agentes iniciaram a lacração dos equipamentos, mas foram impedidos.

Os equipamentos eram lacrados pelos fiscais e os ‘responsáveis’ os deslacravam imediatamente. Após alguns instantes, os responsáveis pela estação trancaram as portas e as janelas do local, prendendo os agentes de fiscalização. Munido de um telefone sem-fio, o prefeito fez al

gumas ligações e mobilizou a população da cidade para, em seguida, ameaçar os fiscais dizendo que se a rádio fosse interrompida a população de Darcinópolis iria agredi-los.

Por várias vezes os fiscais avisaram aos responsáveis pela emissora não-outorgada que ao deslacrar os equipamentos eles praticavam um ato ilegal, o que não os fez mudar de idéia. Após cerca de três horas de cárcere privado e intensa negociação, foi permitida a saída dos fiscais do prédio. Um policial militar os escoltou até a delegacia do município, onde foi aberto um boletim de ocorrência. Nova ação de fiscalização realizada tempos depois interrompeu – com o apoio da Polícia Federal – o funcionamento da estação. Na ocasião, os equipamentos da emissora foram apreendidos.